

Senado facilita empréstimos externos antes das eleições

FERNANDO EXMAN
BRASÍLIA

Continuação da página A-1

nadores que tentarão a reeleição em outubro. Tampouco é de interesse dos senadores que não disputarão as eleições o rótulo de responsáveis pela paralisação de projetos importantes para seus estados.

Na opinião do senador tucano Álvaro Dias, a resolução foi aprovada com tamanha rapidez justamente por causa da proximidade das eleições. Se os empréstimos fossem liberados no ano que vem – ainda de acordo com Dias – as próximas gestões dos governos estaduais poderiam colher os lucros políticos das operações de crédito feitas por seus antecessores.

O prazo final para a aprovação dos empréstimos era o dia 4. Na sessão daquele dia, o plenário do Senado aprovou as medidas provisórias que obstruíam a pauta e também as resoluções que liberavam empréstimos para Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Pará, da ordem de US\$ 282,7 milhões. Por questões políticas regionais, a bancada de Tocantins tentava impedir a liberação dos empréstimos. Um acordo de última hora foi costurado para tornar possível a votação. Para evitar novamente esse risco e tornar legal a aprovação de mais empréstimos ainda neste ano, no dia 11 a CAE discutiu e aprovou o texto da re-

solução, enviada e aprovada pelo plenário no mesmo dia.

Para Dias, o Legislativo precisa ter mais rigor ao analisar os pedidos de empréstimos feitos pelos Estados, porque o “endividamento público é uma das causas do empobrecimento do país”. Dias alegou que não estava em Brasília quando a resolução foi aprovada por problemas pessoais. “Temos que ter zelo em relação ao custo-benefício desses empréstimos. Essa foi uma manobra para salvar os empréstimos, um casuísmo. Esse procedimento anormal não pode se tornar uma nova norma de conduta no Senado.”

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), negou que a resolução tenha sido aprovada pelos senadores em causa própria. De acordo com Otávio, a medida vem sendo discutida há muito tempo, e muitos senadores não a apoiaram vislumbrando seus interesses eleitorais. “Os estados estão acima dessas questões (eleições). Tanto que a resolução foi aprovada por unanimidade, tanto na CAE como no plenário”, argumentou.

O Senado conseguiu limpar sua pauta. Mas a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006 está travada no Congresso. Oposição e governo não chegam a um acordo em relação ao limite que o Executivo poderá gastar se o Orçamento não for aprovado até 31 de dezembro deste ano.

Senado facilita empréstimos externos antes das eleições

FERNANDO EXMAN
BRASÍLIA

O Senado aprovou, por unanimidade, resolução que modificou o prazo de aprovação de empréstimos externos à União, aos estados e municípios, no último ano de mandato dos governantes. Votada a toque de caixa, a medida é considerada



Álvaro Dias

um caso claro de legislação em causa própria, diz o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), líder da minoria.

A proposta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa teve o apoio da maioria dos parlamentares porque nove empréstimos a estados corriam o risco de não serem aprovados na data-limite prevista anteriormente, de 180 dias antes do fim dos mandatos dos chefes dos executivos. A nova resolução estabelece prazo de 120 dias e já está em vigor desde o dia 13, quando foi publicada no Diário Oficial da União. Graças a ela, o Senado poderá aprovar mais quatro empréstimos para o Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Rio Grande do Norte.

Num ano eleitoral como este, a paralisação de obras e projetos poderia significar um forte revés para governadores e se-

Continua na página A-9